

Sofala

Partidos políticos avaliam andamento do registo eleitoral

por Santos Artur

O processo eleitoral em Sofala foi o principal tema de uma reunião multipartidária realizada na manhã de ontem, na sede da ONUMOZ, na cidade da Beira. O referido encontro, que congregou responsáveis de partidos políticos na região, incluindo a Frelimo e a Renamo, debateu igualmente o papel dos observadores das Nações Unidas no processo e outras questões afins.

Moderado pela Presidência da Comissão Provincial de Eleições e por coordenadores da divisão eleitoral da ONUMOZ, em Sofala, a multipartidária pretendeu também «criar uma coexistência sã, uma convivência democrática mais salutar entre os partidos, uma das condições fundamentais para o estabelecimento da real e efectiva democracia pluralista», tal como sublinhou um dos moderadores, membro da missão internacional presente no aludido encontro.

Para ele, a aproximação, debate e apresentação conjunta e directa das

sem nenhum carimbo, particularmente nos postos onde o recenseamento começou no devido tempo.

Ele disse que no seu caso concreto (foi a primeira pessoa a recensear-se em Sofala, no bairro da Ponta-Gêa) obteve um cartão de eleitor nessas condições tecnicamente erradas.

Nas suas palavras, o próprio agente emissor do cartão justificou-se na altura, esclarecendo que ainda não tinham o carimbo no seu posto. Face a isso, adiantou, para se evitar que se dê azo a outros erros de interpretação, como as infundadas acusações de «fraudes» propaladas por certos círculos, convinha

uma urgente medida correctiva, em relação aos cidadãos portadores de cartões com essa falha.

Esta proposta foi efusivamente saudada pela Comissão Provincial de Eleições em Sofala, que prometeu usar rapidamente os meios de comunicação social para alertar os possíveis portadores desse tipo de cartões, para a obtenção de uma segunda via.

Ainda na ocasião esclareceu-se a validade dos cartões, com apenas um carimbo, muitos dos quais emitidos aquando do arranque do censo em Sofala.

Outra nota saliente, também

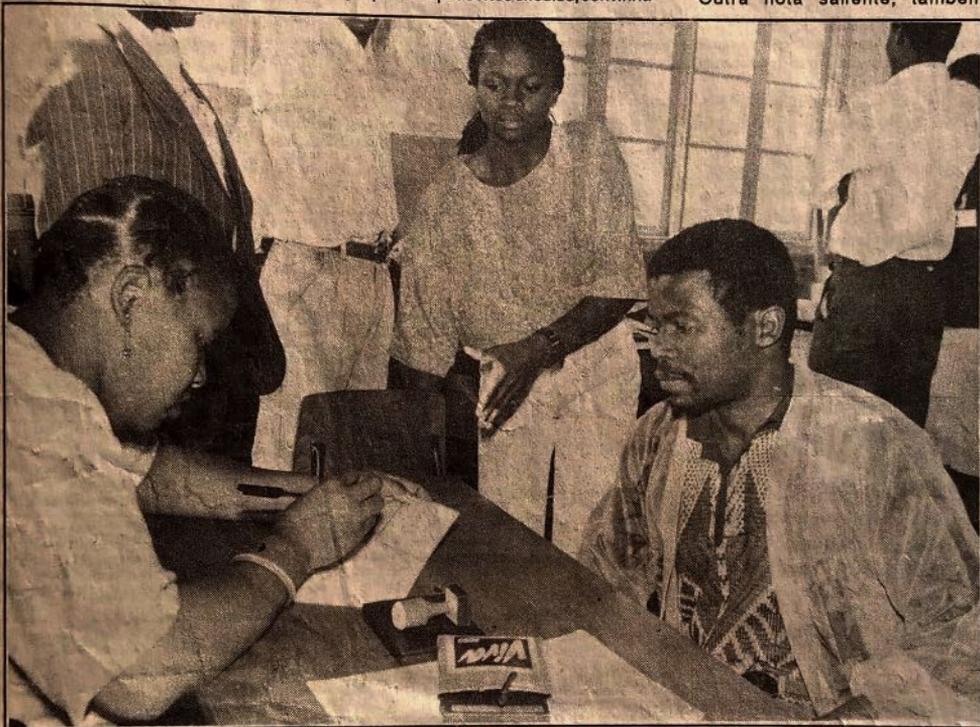
acaloradamente debatida, foi a questão das ditas «fraudes», tendo-se chegado à conclusão de que a maioria não serem precisamente isso, mas sim «erros técnicos cometidos por alguns brigadistas envolvidos na acção» e outras atitudes isoladas de alguns fiscais de partidos políticos.

Para se colmatar tal panorama chegou-se a consenso de que primeiro, as reclamações deveriam ser cuidadosamente investigadas e, se possível, provadas pelos queixosos ou com pistas concretas nessa direcção. Segundo, utilizar-se, depois de convenientemente acareadas, os trâmites legais já definidos na Lei Eleitoral (insistentemente recomendado o seu estudo) para a sua exposição e consequente verificação e tomada de posições.

O mesmo se apontou em relação aos pedidos de transporte para os fiscais dos partidos para a sua afectação nos distritos ou viagens para a capital do país em missão eleitoral, que deverão ser canalizados ao STAE ou à Comissão Provincial de Eleições e à divisão eleitoral da ONUMOZ, atempadamente para as devidas acreditações e disponibilização organizada.

Quanto aos dinheiros do «trust fund» concedidos aos partidos políticos pela comunidade internacional, o encontro constatou que a sua gestão cabia unicamente aos beneficiários dele.

«Não é a ONUMOZ e nem a CPE quem deve definir que o «trust fund» recebido pelo partido «X» ou «Y» deve ser canalizado em tanto montante para a delegação do partido «X» ou «Y» em Sofala. Essa tarefa é única e exclusiva das sedes nacionais dos partidos que receberem o dinheiro» — esclareceu-se.



Os partidos políticos analisaram em Sofala o processo de registo eleitoral

múltiplas questões que envolvem o processo eleitoral, por todas as formações políticas, sem qualquer discriminação, proporciona uma coexistência limitada e regrada, sem lugar para vandalismos e outras manifestações violentas e agressivas.

Fez também questão de referir, insistentemente, não ser «a ONUMOZ árbitro» do movimento eleitoral, mas sim, apenas, «observador ou participante passivo», cabendo toda a responsabilidade aos partidos políticos nele envolvidos.

Por seu turno, os representantes das diversas formações partidárias apontaram aquilo que consideraram como sendo principal nó de estrangulamento para a sua real efectiva participação no processo.

De entre esses entraves, mencionaram com mais acuidade a falta de dinheiro, meios de transporte e de alguns requisitos logísticos básicos para os seus fiscais.

CARTÕES DE ELEITORES SEM NENHUM CARIMBO

Uma outra questão pertinente levantada na reunião, por um representante do Partido Frelimo, foi a possível existência na cidade da Beira e em outros pontos de cartões emitidos

Navio japonês autorizado a entrar